

## **Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil**

**Jean Baptista**

Doutor em História e Professor no bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás. Integrante do projeto Memória LGBT.

**Tony Boita**

Museólogo, mestrando em Antropologia e Professor no bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás. Coordenador do Projeto Memória LGBT

**RESUMO:** O presente artigo propõe uma abordagem interdisciplinar a partir da relação entre Direitos Humanos e a Museologia Comunitária. Para tal, valora o direito à memória como estratégia de superação às fobias sociais que pesam à população lésbicas, bissexuais, gays e pessoas trans (LGBT). Por hipótese, considera-se que a garantia do direito à memória de pessoas LGBT perpassa a salvaguarda e promoção de suas trajetórias nas ações patrimoniais e museais, colaborando, com isto, a superação de fobias à diversidade sexual. Objetiva-se, assim, problematizar a ausência e a invisibilidade da questão LGBT nos espaços de memória, processos museológicos, políticas de registro e tombamento, propondo alternativas à exclusão, discutindo a violação do direito à memória e conseqüentemente dos Direitos Humanos nos processos museológicos. Deste modo, busca-se perceber como a museologia e os museus utilizam-se e são utilizados pelas estratégias políticas para excluir, manipular e selecionar a “memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, conforme cita o artigo 216 da Constituição do Brasil de 1988. Por fim, pretende-se considerar os limites e possibilidades relacionados aos pilares dos direitos humanos e as estratégias empregadas pela Museologia Comunitária em prol do direito à memória das comunidades LGBT.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória LGBT. Museologia Comunitária. Comunidades LGBT. Direitos Humanos.

### ***Community Museology, LGBT Communities and Human Rights: strategies to overcome from phobias to sexual diversity***

**ABSTRACT:** *This article proposes an interdisciplinary approach based on the relation between Human Rights and the Community Museology. For this purpose, it values the right of memory such as the strategy to overcome the social phobias that weights on the population of lesbians, bisexuals, gays and transgender people (LGBT). Supposedly, it is considered the guarantee of the right to memory of LGBT people traverses the safeguard and the development of their trajectories in patrimonial and museum's actions, collaborating with this the overcome of phobias to the sexual diversity. The purpose is to discuss the absence and the invisibility of the LGBT question in the memory spaces, the museum's processes, the registration's policy and the tipping over, proposing the options for the exclusion by discussing the right of violation of the memory and in this way the Human Rights in the museum's processes. Thus, to understand how the museology and the museums use and are used by the political strategies to exclude, manipulate and select the “memory of the different formative groups of Brazilian society”, according in the article 216 of the Brazilian Constitution of 1988. Finally, it is intended to consider the limits and the possibilities related to the pillars of the human rights and the strategies adopted by the Community Museology in favor of the right to the memory of the LGBT communities.*

**KEY-WORDS:** *LGBT Memory. Community Museology. LGBT Communities. Human Rights*

## **MUSEOLOGIA COMUNITÁRIA, COMUNIDADES LGBT E DIREITOS HUMANOS: ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DE FOBIAS À DIVERSIDADE SEXUAL NO BRASIL.**

**Jean Baptista  
Tony Boita**

### **1. Direitos Humanos e Comunidades LGBT no Brasil**

Os Direitos Humanos da população LGBT brasileira são violados cotidianamente. Nas periferias, as violações somam-se a duras realidades sociais que intensificam o fenômeno. Mergulhados em um silêncio profundo, invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade, os LGBT de comunidades amargam os resultados de uma nação excludente. Com suas memórias potentes, contudo, oferecem importantes subsídios para a construção de estratégias museológicas que podem contribuir nos esforços de superação à diversidade sexual no país.

É notório que a ausência de marcos legais interessados na população LGBT culminou não só em perseguição e violência (física e/ou verbal) mas também de exclusão social e cultural, conforme aponta Flores (2009): “A maior violação dos direitos humanos, consiste em impedir que algum grupo, indivíduo ou cultura possa lutar por seus objetivos éticos e políticos mais gerais”. Em complemento, Frei Betto (1993) aponta: “Pouco valem as Constituições de nossos países proclamarem que todos têm igual direito à vida se não são garantidos os meios materiais que tornem efetivo esse direito”. Vale destacar ainda, que os direitos humanos “são considerados um projeto moral, jurídico e político criado na Modernidade Ocidental e que, depois de ter sido suficientemente desenvolvido e amadurecido, foi exportado ou transplantado para o resto do mundo” (BRAGATO, 2013).

De fato, verifica-se que a invisibilização contemporânea da homo, lesbo e transsexualidade resulta em violações constantes dos direitos humanos da parcela LGBT do Brasil. O movimento LGBT reagiu – passou a utilizar a memória da tragédia cotidiana como estratégia de pressão para conquista de novos direitos, produzindo representações significativas sobre o cenário que experimenta. Deste modo, organizações como o Grupo Gay da Bahia (GGB) caracterizou o Brasil como campeão mundial de genocídio LGBT (GGB, 2015). Segundo os relatórios de 2011 e

2012 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a violação aos direitos humanos LGBT são constantes e institucionalizados na sociedade brasileira. Conforme o relatório *Trans Murder Monitoring do trans gender Europe – TMM* de 2015 afirma que o Brasil é o país mais violento para as pessoas trans. Segundo o relatório de 2016 já foram 136 pessoas trans assassinadas, se somarmos o início do mapeamento de 2008 até 2016, são 938 pessoas trans brutalmente assassinadas.

Em um cenário de invisibilidades, surgem alguns direitos. É o caso das tentativas de superação a homo, lesbo e transfobia através de legislações estaduais e do Supremo Tribunal Federal. Atualmente no Brasil, cerca de 13<sup>1</sup> estados possuem leis que dispõem sobre a liberdade de orientação sexual (BA, RJ, RS, DF, MG, SP, MS, PI, PA, PB, AL, MA e PE) além de 73 municípios<sup>2</sup> (ABLGHT, 2006). A decisão do STF ao reconhecer a união homoafetiva em 2011 tornou-se um dos maiores avanços no Brasil pró-LGBT. Portanto, tais iniciativas afirmam os direitos constitucionais até então negados por anos.

No campo internacional, importantes documentos foram gerados. Entre tantos, em 2015, doze agências da Organização das Nações Unidas (ONU) emitiram um documento em apoio aos direitos fundamentais da população LGBT, interessada em “dar um fim à violência e à discriminação contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersex” (ONU, 2015). Nota-se, ainda, as definições de museus do Conselho Internacional de Museus<sup>3</sup> e Instituto Brasileiro de Museus, onde consideram que essas instituições estão a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS, 2001).

Contudo, mesmo com novas reflexões, os resultados são pífios no Brasil. Ao passo que políticas públicas voltadas aos LGBT seguem escassas, a maioria dos museus continuam estagnados em suas ações quando o assunto é diversidade sexual. Até mesmo iniciativas comunitárias em memória e museologia social, museus comunitários, ecomuseus ou outras tipologias que transgrediram os pilares da museologia convencional, ainda não questionam a violência e o direito à memória aos LGBT seja em seu edifício ou em seu território. Nota-se, mesmo o

---

<sup>1</sup> Este número representa 44,44% dos estados brasileiros.

<sup>2</sup> Este número representa 1,35% dos municípios brasileiros e proíbem discriminação por orientação sexual.

<sup>3</sup> O ICOM foi criado em 1946. Mantém relações formais com a UNESCO e possui status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU (ICOM-BR, 2016).

novo pensamento museológico brasileiro ainda não transformou os museus e as práticas comunitárias museológicas. No que se refere ao direito à memória, atualmente a comunidade LGBT brasileira tem um único direito, o de não ter nenhum. Trata-se, portanto, do reflexo de uma concepção de história que, por envolver sexualidade, está, nos termos de Foucault (1988, p. 9), “cuidadosamente encerrada”.

## 2. Comunidades LGBT e Museologia no Brasil

A memória LGBT, assim como seu lugar nos museus é, ainda, um tabu na prática e produção acadêmica museológica brasileira. Historicamente distanciada do debate dos Direitos Humanos, a Museologia no Brasil apenas recentemente passou a considerar práticas que criam a possibilidade de se propor uma reflexão interessada na promoção da memória de minorias políticas, ainda que de modo bastante decorativo. A inclusão da questão LGBT desperta algumas problemáticas, sobretudo no que diz respeito ao entendimento político de sua inclusão.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que se convencionou neste estudo o uso da sigla LGBT para designar lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis/transgêneros, sem, com isso, desconsiderar a historicidade da sigla conforme os contextos que se encontra (FACCHINI, 2005). De fato, desde 2009 a sigla LGBT pode ser encontrada na proposta de programa Brasil sem Homofobia do Governo Federal: “é nesse texto-base que, pela primeira vez, surge a expressão 'cultura LGBT' em planos governamentais, ao serem mencionados desafios na área de políticas culturais” (BRAZ, 2013). Tal preocupação governamental deve-se a uma estratégia do movimento social LGBT que, por meio de um conjunto de documentos, neste estudo entendidos como fonte secundária, deu-se a partir de relatórios de diferentes organizações que destacam a violência para esta comunidade. Os principais relatórios são de autoria do Grupo Gay da Bahia, RedeTransBrasil, GlobalRights e *Trans Murder Monitoring do trans gender Europe*. De todo modo, longe de concluir as múltiplas possibilidades da sexualidade humana, a sigla LGBT representa, mais do que tudo, uma minoria política socialmente distante da matriz heterossexual que reina na sociedade.

Em segundo lugar, é preciso entender que a população LGBT, na qualidade

de integrante do Estado, possui direito ao reconhecimento de sua cultura, patrimônio e memória. De fato, a cultura é um dos direitos básicos conquistados pela sociedade brasileira em 1988 e já previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Conforme os artigos 215 e 216 da constituição federal brasileira, o seu acesso e manutenção devem ser garantidos pelo Estado. No entanto, é possível verificar que mesmo as legislações citadas não excluem a comunidade LGBT, pelo contrário, permitem sua inclusão. Em seu art. 215, “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Constituição Federal, 1988, [grifo nosso]). Já no art. 216, observa-se “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Constituição Federal, 1988, [grifo nosso]). Portanto, é evidente que a ausência está na prática, dominada pela cultura heteronormativa que propositalmente, invisibiliza uma série de grupos “formadores da sociedade brasileira”, entre elas a LGBT, afirmando assim, o preconceito.

Como se percebe, o artigo 215 da Constituição Federal de 1988 garante o livre acesso à cultura. Sendo de responsabilidade do Estado em permitir o livre acesso e práticas dos direitos culturais, além de fomentar, estimular e promover as manifestações culturais (Constituição Federal, 1988). No entanto, no artigo 216 fica a possibilidade de considerar os LGBT na formação da sociedade brasileira, onde se lê: “Constitui patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Portanto, ao mesmo tempo que o Estado através de sua constituição garante o livre acesso à cultura a todas e todos cidadãos brasileiros, na prática, isso ainda não ocorre.

Se a cultura é um direito assegurado também à população LGBT, o patrimônio é um bem cultural reconhecido pelo Estado que representa a herança, identidade e pertencimento da sociedade. Nota-se o conceito político que define o patrimônio cultural declarando que toda a produção humana, seja ela tangível ou intangível, que represente a herança e a identidade do povo pode ser também patrimônio cultural. Ao refletir sobre o patrimônio cultural, a museóloga Waldisa Guarnieri (2010, p. 179) conceitua o patrimônio cultural como o conjunto de bens

que se preservam e o conjunto de bens que se realizam, que se constroem no presente. Segundo ela, o patrimônio vai além de uma jurisdição ou de um valor para uma elite e só poderá ser apropriado e com isso preservado a partir de uma “valoração e consciência” derivada “de uma historicidade das quais significativas parcelas do povo estejam cômicas. Em duas palavras: patrimônio cultural é questão de consciência histórica” (GUARNIERI, 2010, p. 121). Por fim, o patrimônio cultural, é um termo jurídico reapropriado e transformado pelos movimentos sociais, bem como por diferentes áreas de conhecimento, comumente definindo a produção cultural humana, seja ela material ou imaterial. Quando tratamos de uma memória silenciada de um grupo, tratamos da ausência de patrimônio, de espaços e territórios, modos e saberes importantes para a afirmação da identidade. Tal fenômeno acaba por fortalecer a vulnerabilidade social deste grupo.

Ao articular o direito à cultura e patrimônio relacionado à população LGBT, podemos entender o museu como lugar ideal para a concentração de ações pró-memória desta minoria política. Ora, sendo o museu teoricamente construído como um espaço democrático, transformador, não formal, com uma função social, além de afirmar e construir uma ou várias identidades através de seu discurso, o que falta aos mais de três mil museus brasileiros para assegurar o ingresso da população LGBT? Segundo Tomislav Sola (1986, p. 26), “o aspecto dominante da missão do museu é a defesa da identidade, da continuidade da identidade”. Para Sola, os museus também estão ligados ao passado que “é o solo do qual cresce qualquer identidade”, o que forma “um modelo de sobrevivência” (SOLA, 1986. p. 26). Contudo, ele aponta a importância do diálogo entre o passado e o presente, evitando, assim, que os museus que vivem ligados somente ao passado tornem-se um “necrotério” de “objetos mortos em seu interior” que “não servem a causa da vida; mas da morte” (SOLA, 1986, p. 26). Para Guarnieri (2010, p. 76-77) o museu pesquisa, comunica, documenta e expõe, além de registrar a trajetória humana delimitando por recursos de comunicação daquele período, tornando-se “variável, quanto à sua forma e aos seus meios, de acordo com a sociedade”, além de ser um importante “agente humanizador de desenvolvimento do homem e da humanidade”. De fato, podemos verificar que o museu é uma importante ferramenta social com potencial transformador para a diversidade.

A memória é um mecanismo de construção, de tensão e poder, e por isso quando convém é silenciada, não raro pelo Estado através da memória oficial.

Ressalta-se que a memória coletiva é universalista e possui o “caráter destruidor, uniformizador, e opressor” (POLLACK, 1989, p. 04). Em contraposição, surge a demanda da memória dos grupos historicamente excluídos e por sua vez marginalizados, conhecida como memória subterrânea. Nesse fluxo, a memória silenciada é um instrumento da memória coletiva para assegurar sua supremacia negando direitos alheios. Segundo Pollack, o silenciamento também é uma forma de proteção: “uma pesquisa de história oral feita na Alemanha junto aos sobreviventes homossexuais dos campos comprova tragicamente o silêncio coletivo daqueles que, depois da guerra, muitas vezes temeram que a revelação das razões de seu internamento pudesse provocar denúncia, perda de emprego ou revogação de um contrato de locação” (POLLACK, 1989, p. 10). Para Bolaños, ao analisar os campos de concentração na Alemanha, verifica-se a ausência de “grupos inferiores”, entre eles os homossexuais (BOLANÓS, 2002, p. 323). Portanto, silenciar grupos é uma prática comum do Estado que ataca o que deveria ser preservado, a memória: “um povo sem memória nada sabe, e é presa fácil de armadilhas” (GUARNIERI, 2010, p. 121).

Esta ausência praticada em museus, espaços de memória e iniciativas comunitárias reproduzem a invisibilidade das comunidades LGBT brasileiras. Os dois museus existentes no Brasil dedicados à temática da sexualidade, o Museu da Sexualidade (Salvador) e o Museu da Diversidade (São Paulo), longe estão de conseguir dar conta de toda a demanda reprimida da memória LGBT. Resultado de uma intensa luta entre o movimento social e a Igreja, o documentário “As Filhas da Chiquita”, considerado o primeiro patrimônio imaterial LGBT brasileiro no Inventário de Referências Culturais do Círio de Nazaré (IPHAN, 2006, p. 58), e a exposição permanente no Museu Círio de Nazaré, referentes a maior festa católica brasileira, recebeu um painel dedicado à festa anualmente celebrada por travestis e pessoas trans durante o festival. Em 2014 o Museu da Pessoa iniciou ações voltadas para a formação da coleção TransHistórias, trata-se de um acervo museológico que salvaguarda as memórias de travestis e pessoas trans. Com curadoria de Mário Chagas, no ano de 2016, o Museu da República, uma das instituições museológicas mais importantes mantida pelo Estado brasileiro, realizou a exposição dedicada ao carnavalesco e museólogo Clovis Bornay, nome fundamental da memória LGBT nacional.

No campo da reflexão, representatividade e produção acadêmica, algumas

novidades no Brasil. No Fórum Nacional de Museus de 2010, a palestra do antropólogo Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia e do Museu da Sexualidade de Salvador, foi intrigante e estimulou um conjunto de profissionais de museus a fundar a Rede LGBT de Memória e Museologia Social do Brasil. Em 2012, o Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás, promoveu a Semana do Babado, com curadoria da então diretora Girlene Chagas Bulhões, no que se tornou a primeira exposição sobre temática LGBT em um museu federal brasileiro – tratava-se de uma exposição de caráter pedagógico, construída a partir de diversos estudos, mas que foi duramente criticada pela sociedade da cidade, o que custou a então diretora a exoneração do cargo. Outras ações de caráter acadêmico acabaram integrando seminários e eventos da área, estimulando a produção intelectual. A monografia “Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista”, por exemplo, realiza um mapeamento preliminar da memória LGBT brasileira, bem como, propõe um processo de musealização análogo aos museus (Boita, 2014). A criação do Projeto Memória LGBT, coordenado por Ana Muza, Sidney Silva e Tony Boita, passou a realizar um mapeamento nacional e global de museus, patrimônios e exposições com temática LGBT, com resultados ainda a serem publicados, além de criar a Revista Memória LGBT, como se verá mais adiante neste artigo.

O I Seminário Museus, Memória e Museologia LGBT, em 2015, no Rio de Janeiro, é um marco neste novo movimento que abre caminhos na museologia brasileira. Durante o desenvolvimento do evento, alguns profissionais da museologia questionaram o nome do evento nas redes sociais e sem nenhum pudor. De fato, associar uma área tão clássica e erudita a grupos subalternos e marginalizados deve impressionar, mas não deveria, afinal a essência de trabalhar com os museus, memória e patrimônio é acima de tudo preservar o invisível, as memórias e as histórias. Apesar das críticas e ameaças realizamos uma atividade incrível, que contou com muitas pessoas e alguns profissionais da área que prontamente compartilharam seus conhecimentos. A abertura do evento ficou a cargo do sócio-fundador do MUF Sidney Tartaruga (MUF), de Tony Boita (Revista Memória LGBT/Rede LGBT/Comusas) e Ana Muza (Revista Memória LGBT/Rede LGBT), idealizadores e organizadores do evento. A conferência de abertura foi de João Nery, seguida do lançamento de seu livro “Viagem solitária”. Após, realizaram-se as palestras de André Botelho (Instituto Brasileiro de Museus Ibram), Wellington Pedro da Silva (Ponto de Memória do Taquaril/ Rede LGBT/Comusas), Jean Baptista

(Universidade Federal de Goiás/ Rede LGBT/Comusas), Matias Monteiro (Universidade de Brasília/ Rede LGBT/Comusas), Rita Colaço (História Mhb-Mlgbt) e Felipe Arede (Acervo Bajubá/ Rede LGBT). Já o segundo dia do evento contou com a abertura de Antônia Ferreira Soares, presidente do MUF, seguida das falas de Inês Gouveia (Rede de Memória e Museologia Social do RJ), Mirela Araújo (Museu Itaipu/ Ibram), Aline Montenegro (Museu Histórico Nacional), Fernanda Faustino (Associação de Moradores do PPG), Marco Aurelio Almeida Soares (Coordenação Políticas LGBT de Campo Grande), Fernando Ermiro (Museu Sankofa), Leila Regina (Ponto de Memória do Taquaril/ Rede LGBT), Cíntia Marzano (Grife Mona), Julio Nogueira (Grupo Arco-Íris) e Remom Bortolozzi (Acervo Bajubá/ Rede LGBT). Os integrantes do projeto, Tony Boita, Ana Muza, João Victor, Jonathan Martins, Luana Araújo, Tainara Santos, Jaqueline Alves encerraram o evento. O evento angariou 40 quilos de alimentos em suas inscrições que foram doados ao Solar Menino de Luz, organização que cedeu sua sede para a realização das atividades. Ocorreu, ainda, vacinação contra a gripe promovida pela Clínica da Família, também presente no evento, e a mini-feira do livro LGBT promovida pela editora Metanoia. Procuramos, portanto, demonstrar que na contemporaneidade os museus e iniciativas comunitárias em memória e museologia social devem estimular o diálogo entre a memória, saúde, cultura, educação e cidadania, instigando nas instituições museológicas abordagens não fóbicas aos LGBT. Hoje ficamos muito felizes de vermos que LGBT profissionais de museus que antes não se assumiam nem se preocupavam com o tema já começam a ficar constrangidos em viver no armário profissional. Quem sabe no futuro, não consigamos tirar a museologia brasileira do armário – ou melhor, da reserva técnica!

Como se percebe, o Brasil dá passos importantes e significativos que abrem caminho para uma nova trajetória da museologia brasileira, mas ainda pequenos mediante a montanha a se percorrer, sobretudo quando comparamos com as iniciativas já realizadas em outros lugares do mundo (BAPTISTA; BOITA, 2014).

### **3. Revista Memória LGBT**

A memória, o patrimônio e a história das comunidades LGBT brasileiras passaram a ser foco central de uma estratégia inovadora, a criação da Revista

Memória LGBT. Interessada no mapeamento de diversos aspectos de distintas comunidades LGBT no Brasil, a Revista passou a revelar, desde 2013, um espaço onde o projeto Memória LGBT pudesse ser melhor divulgado. Em outras palavras, encontrando-se os museus brasileiros fechados a questão LGBT, tratamos de criar nosso próprio caminho.

A Revista Memória LGBT é entendida enquanto uma possibilidade, na qualidade de ferramenta, de promoção e compartilhamento da memória de grupos ou indivíduos que se declaram pertencentes à comunidade LGBT. Esta revista virtual, nascida a partir da invisibilidade em museus, espaços de memórias e patrimônios culturais que escapam a padrões heteronormativos, hoje se encontra na décima edição, comemorando três anos de atividades<sup>4</sup>. De acordo com apresentação em seu site, trata-se de “uma revista autônoma, colaborativa e democrática” interessada em “agregar, salvaguardar a memória, história, o patrimônio cultural e as ações de museologia social da comunidade LGBT” (Revista Memória LGBT, 2014). Além de contar com exposições virtuais, a Revista dedica-se a mapear a memória, o patrimônio LGBT e museus com a mesma temática, sobretudo a partir de envio voluntário de artigos, entrevistas, memórias, fotos, críticas ou outras manifestações textuais ou visuais. Em conjunto, esse material levanta questionamentos sobre uma “cultura masculina hegemônica” orientada por uma “matriz heteronormativa” (BUTLER, 2003) em museus e no debate museológico. Desperta-se, assim, a reflexão para se problematizar a relação de sexualidades não hegemônicas a conceitos como *cultura*, *comunidade*, *patrimônio* e, sobretudo, *memória*. Em outras palavras, o material recolhido pela Revista leva a questionar as implicações de se entender a existência de *outras* memórias e patrimônios no debate museológico que não somente aqueles referentes a recortes hegemônicos.

Para o desenvolvimento de suas ações, a RMLGBT conta com apoio da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, surgida em 2012 durante o V Fórum Nacional de Museus, sediado em Petrópolis-RJ. A RMLGBT possui o Número Internacional Para Publicações Seriadas – ISSN (International Standard Serial Number). Em seu formato virtual, colaborativo e compartilhado, pretende atender

---

<sup>4</sup> Foi lançada em novembro de 2013 em seu domínio público ([www.memorialgbt.com](http://www.memorialgbt.com)). Bimestral, de livre acesso e disponível em diferentes formatos, a proposta é vinculada ao projeto Patrimônio Cultural LGBT e museus: mapeamento e potencialidades de memórias negligenciadas.

demandas que promovem a memória dos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Este periódico digital, revela-se como um conjunto de estratégias de manifestações de interessados em promover uma memória LGBT. Além das iniciativas mapeadas, a Revista também traz demandas, angústias, anseios e denúncias aos direitos LGBT's, bem como, dicas de cinema, literatura, teatro, paradas LGBT's e outros temas elencados pelos colaboradores. Segundo análise quantitativa de suas dez primeiras edições, a Revista Memória LGBT publicou 180 matérias, cerca de 18 por edição. Até o momento possui mais de 150 colaboradores do Brasil e América Latina de diferentes áreas profissionais.

Trata-se, portanto, de uma metodologia compartilhada, participativa e colaborativa, onde o campo a se percorrer é aquele encontrado nas estratégias manifestas pelos colaboradores da Revista Memória LGBT. Tal método caracteriza-se por mapear iniciativas em memória e museologia social que promovam o protagonismo da memória LGBT, através de: 1) Mapeamento colaborativo feito pela equipe da Revista; 2) Mapeamento colaborativo realizado em parceria com a academia, sociedade civil e instituições; 3) Mapeamento por meio de entrevistas com personalidades públicas; 4) Registro e preservação do mapeamento; 5) Disponibilização bimestral em formato de revista do mapeamento enviado; 6) realização de exposições virtuais, onde estratégias de comunicação elencadas pelos colaboradores podem manifestar o interesse coletivo em se ver representado em museu e em se empoderar do direito à memória, valendo-se, neste movimento, da musealização como estratégia de superação de fobias relacionadas a sexualidade não hegemônicas (Boita, 2014).

Neste cenário, tornou-se possível identificar as distintas formas como cada segmento que atendeu ao chamado da Revista decidiu colaborar na construção de uma memória LGBT. Uma análise qualitativa revelou importantes configurações. Integrantes de movimentos sociais não hesitaram em manifestar onde localizam tais memórias: em particular o Grupo Gay da Bahia, a Rede TransBrasil e a organização não-governamental goiana Astral, valeram-se do espaço para assegurar que a memória LGBT no Brasil é feita de extermínio e perseguição dos direitos. Acadêmicos de distintas áreas preferiram apontar acervos de personalidades do passado, problematizar a hegemonia heteronormativa e indicar antigas boates, parques, bares, ruas, cinemas, saunas, torcidas de futebol, entre outros, em

especial quando atravessaram longos períodos de tempo – não raro, valem-se, também, do *pajubá* em suas manifestações textuais. Já as instituições, como o Museu da Diversidade (SP) e o Ponto de Memória LGBT (AL), decidiram por estratégias institucionais, divulgando, sobretudo, a programação de suas exposições e as celebridades que por ali passam. Marcadores de diferença também operam a escolha das estratégias: discursos não somente de gênero e orientação sexual, mas também de classe e etnicidade estão presentes em boa parte das produções, evidenciando a necessidade de se aprofundar a importância destes marcadores no contexto de "relações de saber e poder" (BRAZ, 2010, p. 27). Em conjunto, este breve levantamento qualitativo do conteúdo apresentado pelos colaboradores da revista, revela que quando o assunto é a problematização de uma possível memória LGBT, as estratégias adotadas variam conforme o lugar de origem de cada integrante, constituindo, o campo, num espaço de múltiplas formas de propor a memória.

Em 2015, a Revista desenvolveu uma parceria inédita no país com o Museu de Favela Pavão, Pavãozinho e Cantagalo (MUF), no Rio de Janeiro. Primeiro projeto no país realizado em um museu comunitário sobre a temática, a memória LGBT de seus moradores, impregnada de contradições sociais relacionadas à classe, cor e gênero, revelou que a realidade das populações LGBT, quando em favelas, ganham outros contornos. Intitulada como coleção *Ser LGBT na Favela*, dividida nas edições *Ser Lésbica na Favela*, *Ser Gay na Favela* e *Ser Trans na Favela*, percebe-se que a memória LGBT no Brasil não pode ser construída exclusivamente sobre os grandes nomes da elite do país, menos ainda de quando as personagens apresentam-se caracterizadas para seus espetáculos (situações em que a comunidade LGBT costuma ser mais palatável aos museus). De fato, a memória LGBT no Brasil possui uma potência reveladora e instigante quando se percebe o cotidiano LGBT, em suas lutas diárias para sobreviver a um país que insiste em exterminar o seu diferente. O recorte de classe, cor e gênero, são, de fato, os caminhos mais seguros para se construir uma memória nacional LGBT que não seja fantasiosa, folclórica ou decorativa, mas, sim, capaz de ser transformadora em relação à cruel realidade a que hoje estamos submetidos no Brasil.

## Considerações finais

A comunidade LGBT no Brasil não usufrui de seus direitos nacionais e internacionais. Apesar de uma constituição que visibiliza a pluralidade, de leis estaduais e municipais que punem fobias a diversidade sexual e identidade de gênero, o Brasil ainda é um dos países mais violentos do mundo para a população LGBT. A homofobia institucionalizada, a ausência de políticas públicas, o crescimento do HIV entre os jovens, entre outros, tornam a população LGBT alvo fácil para o extermínio.

Contudo, a esperança no poder transformador da memória está acima do medo. A comunidade LGBT no Brasil existe, mas é invisibilizada socialmente, culturalmente, economicamente e academicamente. Nos museus e espaços de vocação museológica, lugares de disputa de poder e memória, estamos excluídos. Nos inventários de referências culturais e patrimoniais, somos invisibilizados. Retratos de um país que omite sua própria diversidade em virtude de fundamentalismos que insistem em prosperar. Ora pelo Estado, ora pelas instituições, ora pelos seus profissionais, o direito à memória LGBT brasileira é corrompido diariamente. Perde-se, com isso, a possibilidade de promover ações que possam contribuir no enfrentamento à dura realidade desta camada da população.

Esforços não faltam para estimular uma museologia brasileira desprovida de fobias à diversidade sexual. Uma nova produção acadêmica, novas exposições, novos museus, a criação da Rede LGBT de Memória e Museologia Social do Brasil e articulação da Revista Memória LGBT, revelam que os profissionais de museus brasileiros podem propor alternativas ao cenário excludente. Nada adiantará aguardarmos os mais de três mil museus brasileiros se renovarem, refletirem e adentrarem na luta contra o extermínio da população LGBT do país. É necessário fazer valer o modo LGBT histórico de buscar novos caminhos, não convencionais, não trilhados pelos demais. Sempre fizemos novos rumos. No caso da museologia, não será diferente.

Estas estratégias revelam que a articulação entre Direitos Humanos e Museologia Comunitária, com foco nas comunidades LGBT, fortalecem a memória e a dignidade deste grupo, bem como revelam-se como importante instrumento de educação tendo em vista uma sociedade onde a pluralidade seja valorada. Seja criando novas estratégias, seja em antigas instituições, vivemos um momento crucial

para a construção de uma nação que escolhe o caminho da paz ou da intolerância.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABLGBT. **Leis**. 2006. Disponível em <[http://www.abglt.org.br/port/leis\\_os.php](http://www.abglt.org.br/port/leis_os.php)>. Acesso em 20 ago.2016

BAPTISTA, Jean Tiago; BOITA, Tony. **Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero**. Cadernos do Ceom. Chapecó, v. 27, n. 41, p.175-192, dez. 2014. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2602>>. Acesso em: 12 abr. 2016.

BETTO, Frei. **Educação em Direitos Humanos**. 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/bib/betto.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BOITA, Tony Willian. **Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista**. 2014. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, Ufg, Goiânia, 2014. Disponível em: <[https://www.cienciassociais.ufg.br/up/106/o/TCC\\_Tony\\_Museologia\\_UFG\\_2014.pdf](https://www.cienciassociais.ufg.br/up/106/o/TCC_Tony_Museologia_UFG_2014.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2016.

BOLAÑOS, M. (Ed.). **La memoria del mundo: cien años de museología, 1900-2000**. Gijón, Ediciones Trea, 2002.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Uma crítica descolonial ao discurso eurocêntrico dos direitos humanos. In: LOPES, Ana Maria D'Ávila; MAUÉS, Antonio Moreira (Orgs). **A eficácia nacional e internacional dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. pp. 105-118

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 20 ago.2016

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Dossiê IPHAN 1: Círio de Nazaré**. Rio de Janeiro: Iphan, 2006. 101 p.

BRAZ, Camilo. **Provocações queer à “cultura LGBT”**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 1 – 13. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/site/anaiscomplementares>>. Acessado em: 25 nov. 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar. – 1º ed. – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (Espanha). **20ª Assembléia Geral do Conselho Internacional de Museus**. 2001. Disponível em: <[archives.icom.museum/codes/Lusofono2009.pdf](http://archives.icom.museum/codes/Lusofono2009.pdf)>. Acessado em: 20 nov. 2014.  
Conselho Internacional de Museus. **Apresentação**. Disponível em:

<[http://www.icom.org.br/?page\\_id=4](http://www.icom.org.br/?page_id=4)>. Acesso em: 20 abr. 2016.

FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas?** Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. RJ, Garamond, 2005.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos Humanos**. Florianópolis, Fundação Boiteaux, 2009

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1988. 152 p. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault\\_historiadasesexualidade.pdf](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1226/foucault_historiadasesexualidade.pdf)>. Acessado em: 20 out. 2014.

Grupo Gay da Bahia - GGB. **Início**. 2016. Disponível em <<http://www.ggb.org.br/>>. Acesso em 20 ago.2016

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e identidade. In: BRUNO, Maria Cristina de Oliveira (org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo, Pinacoteca do Estado, 2010, v. I, p. 176-185.

Organização das Nações Unidas. **Dar fim à violência e à discriminação contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersex**. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/09/Declaracaoconjunta.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, jun. 1989. Tradução de Dora Rocha Flaksman.. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

REVISTA MEMÓRIA LGBT (Brasil). **Revista Memória LGBT**. 2014. Disponível em: <[www.memorialgbt.com](http://www.memorialgbt.com)>. Acesso em: 17 dez. 2014.

SOLA, Tomislaw. Identidade – **Reflexões sobre um problema crucial para os museus**. In: Cadernos Museológicos nº1. Coletânea de Textos Técnicos. Rio de Janeiro, IBPC, 1986.